



A EXPERIÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO PÚBLICA DE PRODUTOS ORGÂNICOS

Área Temática: Meio Ambiente

Coordenador da Ação: Ednaldo Michellon¹

Lígia Mara Jung²; Márcio Aleksandro Daniel²; Fernanda Maria de Meira²;
Samireille Silvano Messias³

Palavras chaves: Agricultura familiar, sustentabilidade, agroecologia.

Resumo: A certificação dos alimentos orgânicos é uma forma de assegurar ao consumidor que o produto que ele está adquirindo foi produzido dentro de um sistema orgânico, sem a utilização de agrotóxicos, respeitando o meio ambiente e o ser humano. Assim, corroborando este processo, o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos – Fase II pretende consolidar a criação de uma rede de apoio à certificação pública no Paraná, inserindo agricultores e agroindústrias familiares no mercado de forma profissional. Neste sentido, as Universidades Estaduais de Maringá – UEM, Londrina – UEL, Ponta Grossa – UEPG, Bandeirantes – UENP, Marechal Cândido Rondon – UNIOESTE, Guarapuava – UNICENTRO, Paranaguá – FAFIPAR, o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA em Curitiba e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, campus Pato Branco, em parceria com a certificadora Tecpar, estão retomando o programa por meio de reuniões com produtores, contato com profissionais do Instituto Emater, Sebrae, prefeituras, eventos agropecuários, programas de rádio e TV e outros meios, bem como em parceria com outros projetos de extensão nas unidades. Por meio desse trabalho, foi possível realizar até o momento mais de 208 visitas, e destas 64 já possuem os estudos de caso

¹ Eng. Agrônomo, Mestre e Doutor em Ciências Econômicas (UNICAMP e Universidade da Califórnia – UCR). Professor Associado do Depto. de Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da UEM, Coordenador dos Projetos CERAUP, CERTO e PROEXT ligados à UEM. Email: emichellon@uem.br

² Eng. Agrônomo(a), Departamento de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá, Profissional do Projeto CERTO ligado à UEM.

³ Acadêmica do curso de Agronomia, Departamento de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá, Bolsista do Projeto CERTO ligado à UEM.

encaminhados para a análise. As demais propriedades se encontram em processo de elaboração de estudos de caso. O programa está se deparando com diversos entraves burocráticos que estão impossibilitando a realização de um maior número de visitas e/ou realização de estudo de casos. Contudo, os produtores que estão ingressando no programa estão com boas expectativas e esperam colher bons frutos após receberem o selo do Tecpar, pois por meio deste poderão obter maior reconhecimento e uma melhor remuneração pela produção. Verificou-se, também, que se faz necessária a divulgação dos benefícios oriundos do sistema de produção orgânico aos produtores e aos consumidores, a fim de incentivar a sua produção e o seu consumo.

Contexto da Ação

A agricultura orgânica vem crescendo a participação no mercado, dado os retornos socioeconômicos proporcionados aos produtores, e pelo maior interesse dos consumidores por alimentos saudáveis e nutritivos.

A sua presença ainda oferece aspectos positivos no entorno ambiental, pois respeita o equilíbrio ecológico dos ambientes em todo o processo de obtenção dos produtos orgânicos e torna o pensamento global da sustentabilidade algo concreto. Assim, avançou-se nesta área, com o surgimento de várias escolas de pensamento no entorno como se verá a seguir.

O sistema orgânico de produção foi proposto pelo engenheiro agrônomo inglês Albert Howard, que trabalhou com pesquisa na Índia no início do século XX.

Por sua vez, no Brasil, esta ideia de sistemas orgânicos foi crescendo, a partir dos anos 1970, e permeava o pensamento de profissionais que provinham do meio agrônomo, os quais eram contra o padrão agroquímico da chamada Revolução Verde. Dentre essas pessoas se destacavam José Lutzemberger, Ana Maria Primavesi e Adilson Paschoal (KHATOUNIAN, 2001).

Nos anos 1980, na esteira do movimento pela agricultura alternativa, e nos anos 1990 e 2000, com os movimentos ao entorno da agroecologia, as organizações e instituições ligadas à produção orgânica se multiplicaram, cresceu o número de produtores e de consumidores e a produção se expandiu em quantidade, diversidade e qualidade (KHATOUNIAN, 2001); (MORAES e MICHELLON, 2010).

Atualmente, consumidores em busca de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e, conseqüentemente, agroindústrias, feiras, supermercados, dentre outros pontos de comercialização de alimentos, estão se enquadrando na filosofia do movimento orgânico. Isso possibilita a expansão da produção de produtos orgânicos nas propriedades já caracterizadas como agroecológicas e também como incentivo para viabilização de conversão de propriedades, até então convencionais, à produção orgânica.

Junto a esse requerido aumento da produção, está a necessidade de assegurar a qualidade dos produtos orgânicos, assim como o levantamento de dados da propriedade de onde tais produtos orgânicos provêm.

Para tanto, se dá a importância da certificação dos produtos, processos e serviços, porque por ela se terá a segurança, por escrito, de que eles obedecem a determinados requisitos, dentro dos padrões da agricultura orgânica. Ela compreende, então, a comprovação e a autorização para o exercício de culturas orgânicas nas propriedades previamente inspecionadas.

O Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007, define certificação orgânica como:

“Ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificados foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes” (BRASIL, 2007, p. 2).

Mesmo considerando a importância da certificação dos produtos orgânicos, poucos estabelecimentos são certificados no Brasil. Segundo o IBGE (2006), do total das propriedades que fazem uso da agricultura orgânica (90.497 estabelecimentos), apenas 5,6% são certificados; a grande maioria, 94,4%, não é certificada.

No Paraná, dos 371.051 estabelecimentos de produção agropecuária, 4.527 são utilizados para a produção orgânica e, entre estes, apenas 909 (20,1%) são certificados (IBGE, 2006). Porém, a agricultura orgânica vem crescendo consideravelmente, e cada vez mais os produtores buscam formalizar sua produção por meio da certificação, podendo esses dados estarem desatualizados.

Tendo em vista esse crescente mercado, o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti), do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), juntamente com as Universidades Estaduais de Maringá – UEM, Londrina – UEL, Ponta Grossa – UEPG, Bandeirantes – UENP, Marechal Cândido Rondon – UNIOESTE, Guarapuava – UNICENTRO, Paranaguá – FAFIPAR, o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA em Curitiba e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, campus Pato Branco, distribuídas no Estado, busca, com a parceria de todos, contribuir para o desenvolvimento da agricultura orgânica do Paraná. Esse trabalho é por meio da certificação gratuita para agricultores e agroindústrias familiares, que enfrentam dificuldades para custear a certificação particular, no período novembro de 2012 a julho de 2015, na sua segunda fase.

Assim, cada IES e o CPRA são responsáveis em atender uma região delimitada do Estado, criando em todas, núcleo de certificação do PPCPO, cujo objetivo é apoiar e inserir no mercado, por meio da obtenção do selo de Conformidade Orgânica, produtores e agroindústrias familiares que já cultivam produtos orgânicos, ainda não certificados ou que pretendem iniciar o sistema de produção orgânico.

Detalhamento das Atividades

Inicialmente, foi engendrada uma unidade de apoio à certificação em cada IES e no CPRA para servir de ponto de amparo aos produtores familiares e agroindústrias interessadas em participar do programa de certificação.

Porém, diferentemente do que houve na primeira fase a procura pela certificação por parte dos produtores está sendo maior, mas, mesmo com essa maior procura, os profissionais estão saindo a campo em busca por produtores que já cultivavam de forma orgânica, ou que não cultivavam, mas que tinham interesse em fazer a conversão da produção convencional para a orgânica.

A divulgação ocorreu por meio de reuniões com grupos de produtores, contato com profissionais do Instituto Emater, do Sebrae, autônomos, prefeituras dos municípios da região e em eventos agropecuários, em forma de entrevistas para programas de rádio e TV, assim como em outros projetos de extensão nas IES.

Simultaneamente, o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) realizará a capacitação técnica dos profissionais atuantes no projeto, visando à formação de consultores e auditores em Sistema de Produção Orgânico.

Após a capacitação técnica os profissionais estarão aptos para realizar as auditorias no estado das propriedades de produção e agroindústria que se enquadraram aos procedimentos no estudo de caso realizados previamente.

Os estudos de caso estão sendo realizados por meio de formulários, divididos de acordo com o tipo de produção (Vegetal, Animal, Processamento e Extrativismo Sustentável). Eles buscam obter informações que pode definir se o produtor possui ou não perfil para atuar no Sistema de Produção Orgânico, e somente serão encaminhados ao Tecpar caso este quesito seja verificado. As informações obtidas abrangem os seguintes aspectos da propriedade: localização, área de produção, rastreabilidade, requisitos legais como matrícula do imóvel, outorga de uso da água, reserva legal, aspectos sociais como condições de trabalho, acesso à escola, etc., ou seja, informações que se resumem no cumprimento da base da produção orgânica (Economicamente viável, Ecologicamente correta e Socialmente justa), da Lei Federal nº 10.831/2003, da Instrução Normativa 64/2008, das Instruções Normativas Conjuntas 17 e 18/2009.

Quando favorável o enquadramento do produtor no programa, inicia-se um acompanhamento técnico para busca da certificação, por meio da adequação das propriedades às normas legais de conformidade definidas pela legislação brasileira para produtos e processos de produção orgânica.

Concomitantemente com as ações de apoio às unidades familiares serão realizadas auditorias iniciais de certificação. Estas serão realizadas pelos técnicos do projeto capacitados pelo Tecpar, mas cada técnico não pode auditar em sua região de atuação. Eles seguirão a Lei Federal nº 10.831/2003 e a Instrução Normativa adequada para cada tipo de produção.

Análise e Discussões

Até maio de 2013 foram realizadas mais de 208 visitas técnicas a várias propriedades distribuídas em todo o Estado do Paraná, nas quais foi possível obter até o momento, junho de 2013, 64 estudos de caso em propriedades com potencial para produção orgânica, sendo 59 de produção vegetal, 2 de produção animal, 1 de extrativismo e 3 de processamento, conforme mostra a Tabela 1. Estes estudos de caso aguardam ainda a verificação do Tecpar.

Tabela1: Estudos de caso realizados e em processo de verificação pelo Tecpar em 2013. Total de cada IES e do Estado

Tipo de Produção	UNICENTRO	UEL	FAFIPAR	TOTAL
Produção Animal	1	0	1	2
Produção Vegetal	25	18	15	58
Extrativismo	1	0	0	1
Processamento	1	0	2	3
TOTAL	28	18	18	64

Fonte: Dados obtidos do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (Jun. 2013)

Os motivos para os demais núcleos não apresentarem estudos de caso, deve-se, principalmente, ao fato destes não terem na equipe profissionais pertencentes à primeira fase do programa, que já eram capacitados nestas atividades. Pois, infelizmente houve uma paralisação do PPCPO entre o término da primeira e o início da segunda fase, e muitos conseguiram outros trabalhos fora do projeto, e os que foram selecionados nesta etapa ainda não possuem a expertise para fazerem os estudos de caso, e estão no aguardo do curso que será realizado no final de Junho de 2013.

Atualmente, os núcleos que não possuem estudos de caso estão capacitando seus profissionais na agroecologia e contatando com os produtores que possuem interesse na certificação orgânica.

Os produtores que estão sendo atendidos pelo programa, em sua maioria, residem em assentamentos ou vilas rurais, possuem propriedades de pequeno porte, que variam de 0,5 ha a 23,0 ha, e na sua grande maioria produzem hortaliças.

Atualmente o projeto está atendendo produtores de mais de 100 municípios do Estado, mas ainda estão entrando em contato com várias localidades, via secretarias de agricultura, Emater, ONGs, sindicatos, cooperativas e outras formas organizadas, para a maior abrangência possível do programa.

As dificuldades encontradas para o bom andamento do projeto, em geral, são: atraso do repasse de verbas de consumo e custeio; falta de experiência na certificação por parte dos bolsistas; há produtores não conscientizados sobre a produção orgânica; ausência de interesse por parte de determinados setores públicos; locais de difícil acesso; falta de gestão e documentação dos agricultores; demora nas respostas dos estudos de caso; e, áreas de produção agroecológica próxima às áreas de soja, milho e cana-de-açúcar, que são pulverizadas por via aérea, possuindo grande deriva de agrotóxicos o que dificulta a certificação.

Em contato com os produtores, ficaram claras as duas maiores dificuldades para a produção orgânica: falta de assistência técnica especializada e falta de conhecimento do mercado para comercialização, pois os agricultores são pouco capacitados nesta área e, por sua vez, os consumidores, em geral, desconhecem as propriedades organolépticas e nutritivas dos produtos orgânicos e a importância em consumi-los, causando, assim, um desequilíbrio na cadeia produtiva.

Considerações Finais

O Programa deparou-se com diversos entraves, o que impossibilitou a realização de um maior número de estudos de caso. A falta cursos de

capacitação para os profissionais do projeto e de liberação das verbas para capital e custeio do projeto são os principais fatores explicativos.

Todavia, os produtores que foram contatados estão otimistas quanto ao processo e com boas expectativas após a obtenção do selo de “Conformidade de Produto Orgânico”, pois entendem que com seus produtos certificados eles poderão obter maior reconhecimento e uma melhor remuneração, além de terem consciência do bem que a agricultura orgânica traz para eles e para a comunidade.

É importante lembrar que, por meio desse programa, os agricultores e as agroindústrias familiares estão sendo inseridos de forma profissional na cadeia produtiva de produtos orgânicos no Estado, aumentando a sua competitividade pela posse do selo da certificadora.

Por meio do trabalho de campo realizado até o momento, fica claro que deve existir uma conscientização dos consumidores sobre a importância da produção orgânica, mostrando-lhes que os orgânicos vão além de produtos sem agrotóxicos, pois o Sistema de Produção Orgânica é baseado na sustentabilidade da cadeia produtiva. Por isso, faz-se necessária uma união de prefeituras, governo do Estado e órgãos afins, para incentivar o consumo de produtos orgânicos, lembrando que o consumidor é um membro importante, se não o principal da cadeia produtiva da produção orgânica.

Por fim, fica evidente a necessidade da continuidade do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos, para, assim, poder certificar os produtores que trabalham ou querem trabalhar com a agricultura orgânica, mas não possuem como custear a certificação, por esta ser onerosa, quando realizada de forma particular. Essa iniciativa pública aumentará, assim, a quantidade de produtos orgânicos certificados no mercado, atendendo melhor a demanda que é crescente.

Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Seção 1, p. 2-8.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006.

KHATOUNIAN. C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348 p.

MORAES, M. L. de; MICHELLON, E. A inovação schumpeteriana na produção de açúcar orgânico: a Usina São Francisco (UFRA) e o manejo agroecológico. In: **Anais**. 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2010. Campo Grande: SOBER, 2010.